

O CONCEITO GEOGRÁFICO DE BAIRRO: uma aplicação à questão do Sítio Campinas/Basa e da Ilhinha

João Batista Pacheco¹

Resumo: Este trabalho apresenta uma breve reflexão acerca da utilização do conceito geográfico de bairro, combinando caminhos propostos pelo entendimento clássico morfológico-funcional com as posturas contemporâneas crítico-radical ou político-ideológica e humanística ou comportamental de estudos urbanos. Insere-se a problemática da localidade Ilhinha e do conjunto habitacional Sítio Campinas/Basa, integrantes da totalidade espacial do bairro do São Francisco, da cidade de São Luis do Maranhão, nas considerações aplicadas ao aludido conceito.

Palavras chave: Bairro; Lugar; Centralidade-Periferia; Espaço Subjetivo; Segregação Sócio-Espacial.

INTRODUÇÃO

O senso comum popularizou o conceito de bairro como simples divisões físicas de uma cidade que passariam a ser chamados, de acordo com a conveniência dos grupos incorporadores e de outros variados segmentos sociais, de Vila, Invasão, Ocupação, Conjunto, Parque, Jardim. Residencial ou Bairro propriamente dito.

Acredita-se que comunidade geográfica de São Luis do Maranhão não tem lançado olhares que priorizem reflexões fundamentadas sobre a concepção de bairro. No entanto, as relações que se processam ao nível das diversas categorias geográficas e das interações com variáveis não espaciais, remetem a juízos mais complexos quanto à conceituação de bairro.

Considerando-se que o bairro se constitui como um lugar normalmente residencial e segregado e, por extensão, voltado ao atendimento imediato das necessidades urbanas das suas comunidades, é geograficamente representativo da cidade, pois é a principal forma de reprodução do espaço urbano total, de vez que o espaço urbano é segmentado e desigual, porém, articulado. Atrela-se à dinâmica de relações topológica, regional/nacional e planetária, e a sua compreensão ampla se faz apoiada nos paradigmas de sustentação da ciência geográfica, distintos, mas não excludentes.

Utilizam-se, ainda com frequência, as abordagens clássicas, que descrevem e explicam os fenômenos urbanos a partir de uma orientação do

¹ Geógrafo e Mestrando em Saúde e Ambiente. Professor Assistente no Departamento de Geociências do Centro de Ciências Humanas da Universidade Federal do Maranhão - UFMA.

ambiente físico, tanto original quanto transformado e, neste aspecto, atendo-se às características morfológicas e funcionais da cidade e ao conjunto de variáveis, nem todas necessariamente geográficas, imbricadas ao plano da aparência ou da paisagem visível.

Despertando para um processo de renovação ou de revalorização acadêmica da Geografia, inicia-se paralelamente a busca da transposição para o discurso dedutivo através de modelos e de uma perceptível sedução pelos métodos quantitativos. Porém, todos esses caminhos se traduzem pela convergência aos discursos hermético-positivistas, priorizadas as relações aparentes da ocupação humana com o meio físico, transpirando uma certa dose de “neutralidade” e impotência diante de questões cruciais da dinâmica sócio-espacial urbana, como as privações urbano-marginais, e confinada ao desafeto de uma provável maioria de geógrafos contemporâneos, embora não se possa desconhecer o seu valor conteudista e de estímulo às reflexões e construções de novos paradigmas.

Sequencialmente, adota-se a abordagem metodológica contemporânea, que busca a elaboração de um discurso sinérgico, numa tentativa bem sucedida de análise não exclusivamente fragmentada da cidade, mas agregativa e articulada inserindo-se o aspecto endógeno e integrativo dos lugares, seja na escala morfofuncional micro dos *geossistemas*, *das geofacies* e *dos geótopos*, enquanto expressões dos segmentos maiores aos menores do espaço urbano topológico tangível, ou seja, da aparência da paisagem imediatamente perceptível, como na necessária e provavelmente mais importante valorização do caráter subjetivo, dos aspectos não visíveis, dos níveis de percepção distintos no plano etnográfico, histórico, econômico e político-ideológico, que se apresentam aos olhos do pesquisador e do morador em vista da definição das fronteiras e reflexos sócio-espaciais na organização do espaço urbano Inseridos no estudo Crítico-Comportamental. Combina, então, as duas perspectivas de análise, reconhecendo-se a inegável contribuição morfofuncional clássica de estudo de bairro, tendo como foco a localização, o sítio e a posição em função de espaços construídos.

Concorda-se que a proposta mais estimulante ao entendimento do comportamento urbano se apresenta no cerne da Percepção Geográfica ou Humanística e da postura Político-Ideológico, inserida aqui a Crítica Radical, cuja análise se amplia com a saudável interdisciplinaridade constatada ao nível dos estudos renovados da Psicologia, da História, da Antropologia Cultural, da Sociologia, da Economia e da Ciência Política.

AS PERSPECTIVAS CLÁSSICA E CONTEMPORÂNEA

A perspectiva funcional-positivista de estudo de bairros ainda está impregnada de conteúdo acrítico, em que se inserem superposições de rótulos como centro, periferia, áreas nobres, invasões, classe rica, classe pobre,

zonas, dentre muitos outros termos, e de uma preocupação com aspectos unicamente descritivo-fisionômicos visíveis da paisagem, ditos componentes da fisiologia urbana, como o sítio e a sua topografia, a sua estrutura pedológica e os demais componentes externos naturais como as áreas verdes, clima, proximidade de massas líquidas e a localização, estes definidores da amenidade e de relações associativas com os componentes funcionais, com a rede de circulação e com os diversos recursos disponibilizados, cujos gradientes de concentração espacial irão permitir a incidência de discrepâncias pontuais internas e subsidiar os planejamentos urbanos, mas que, neste ângulo, não são submetidos a uma análise explicativa comprometida com os conflitos sócio-espaciais.

Na amplitude desses componentes, se insere a estrutura de transportes, as estatísticas de estrutura econômica, as próprias relações funcional - hierárquicas do contexto centro-periférico, as características externas do ambiente construído, representado por prédios, casas, avenidas, viadutos, praças, jardins e áreas verdes, com as suas distribuições, traçados, orientações e dimensões espaciais. O critério de organização de bairro é muito mais compulsório e reorientado.

Por outro lado, reflexões alternativas são ressaltadas à guisa de posturas descritivo-funcionais de compreensão do espaço, como a de MANZAGOL (1985, p. 108), atentando para o fato de que atualmente a Geografia não se preocupa mais simplesmente com o espaço material considerado como um todo uniforme para cada indivíduo, pois, ao centrar o interesse na experiência individual, constata que cada pessoa forma uma imagem específica do espaço e que os elementos componentes do quadro espacial revestem-se de significados particulares para cada um. Observa-se que nesta acepção, o caráter interno dos grupos humanos incide decisivamente na definição de fronteiras sociais, interagindo com o conceito dialético-fenomenológico de bairro.

A definição subjetiva/intersubjetiva das preferências ou atitudes espaciais, tendo em vista as escolhas residenciais e as interações com áreas contíguas, embora com uma certa dose de influência da morfologia da paisagem, dada a sensação individual ou grupal do estético, as implicações do jogo de forças e pressões das diferenciações sócio-espaciais, as composições sociais e culturais, as segregações como marcos sócio-espaciais dos bairros, as privações e violência urbanas, os gêneros de vida e os conflitos e movimentos populares, se inserem nas atualizadas perspectivas crítico-fenomenológicas, até certo ponto renegadas pela postura descritiva, porém, de extraordinário valor para a consciência geográfica.

Nessa visão, SOUZA (1989 p. 148), escreve que o bairro, qualquer bairro, é simultaneamente uma realidade objetiva e subjetiva/intersubjetiva, e

que estas duas dimensões Interpenetram-se e condicionam-se uma à outra ao longo do processo histórico. O bairro pertence àquela categoria de 'pedaços da realidade social' que possuem uma identidade mais ou menos inconfundível para todo um coletivo; o bairro possui uma Identidade intersubjetivamente aceita pelos seus moradores e pelos moradores de outros bairros da cidade, ainda que com variações. Assim, segundo interessante reflexão de OLIVEIRA (1977, p. 62), acerca do pensamento fenomenológico na Geografia, pode-se afirmar que a percepção é justamente uma interpretação com o fim de nos restituir a realidade objetiva, através da atribuição de significados aos objetos percebidos.

A percepção espacial, assim, está além do simples ver as coisas, pois, implica num processo que permite ao sujeito construir o espaço a partir dos dados brutos apresentados à mente.

Admite-se, então, uma abrangente combinação do fenomenológico-dialético com o morfológico-funcional para o conceito de bairro, inserida no contexto de uma historicidade com uma geograficidade e, por outro lado, de uma centralidade espacial. Aqui se incorpora a ideia de fronteira social e não apenas a de limite fisiográfico.

Deste ângulo de reflexão, reforça-se a ideia de que a opção, neste estudo, ou em um outro similar qualquer, é por uma conceituação geográfica de bairro que parta de uma síntese das várias abordagens, clássicas e renovadas, dando um caráter interpretativo Integrativo dos aspectos visíveis e não visíveis, responsáveis pela produção do espaço urbano, ou seja, a construção, a modelagem, a caracterização e a expansão.

Para CORRÉA (1989), espaço urbano é simultaneamente fragmentado e articulado. As partes componentes mantêm relações espaciais entre si com intensidades variáveis e se manifestam empiricamente através de fluxos de veículos e de pessoas, deslocamentos quotidianos entre áreas residenciais e locais de trabalho, deslocamentos para realização de compras, visitas, idas ao cinema, à praia, aos cultos religiosos e parques e de forma menos visível, relações espaciais de circulação de decisões e investimentos, de capital, mais-valia, salários, juros, renda, e ainda, prática do poder e da ideologia, sendo todas essas relações de natureza social cuja matriz é a própria sociedade de classes e seus processos. Esta divisão de classes remete ao fato de que o espaço urbano é dividido em áreas residenciais segregadas que representam papel ponderável na reprodução das relações de produção e em cujo processo se reproduzem as diversas classes sociais e suas frações, os bairros. Portanto o bairro é o local de reprodução dos grupos sociais.

Portanto, retomando a perspectiva descritivo-funcional, o bairro, necessariamente, deverá ser possuidor de uma certa "autonomia funcional", porém integrativa, nas suas relações com o espaço urbano total, ou seja, uma

certa dose de centralidade ou efeito polarizador em suas áreas contíguas: dividir com outros poucos centros, a força de gravidade demográfico-econômica emanada da cidade regionalmente dinâmica; dispor de uma certa suficiência ao nível do atendimento das necessidades de consumo básico e imediato, como moradia, lazer, trabalho, diversão, alimentação, vestuário, assistência médica, educação e segurança, pois é construído e modelado com o objetivo de ser o palco das relações produção/consumo dos vários grupos populacionais que ali se assentam, mantendo as interações interpontuais de residências e negócios, de escala intra-urbana e extensivamente regional.

O bairro ou área central de serviços, portanto, deverá ser dotado de estruturas essenciais como vias pavimentadas, energia elétrica e abastecimento de água de qualidade, esgoto, telefonia fixa e móvel, lojas de departamento, bancos, hotéis, serviços de utilidade pública, radiodifusão e similar, cinemas e videolocadoras, postos de gasolina, oficinas diversas, supermercados, academias, escritórios, escolas, hospitais ou postos médicos e odontológicos, clínicas médicas e estéticas, farmácias, áreas e equipamentos coletivos de lazer, mercados, feiras, restaurantes, delegacias de polícia e de direito do consumidor, e amplo poder reivindicatório da população. Corresponderia à estrutura de uma pequena a média cidade, caso se encontrasse regionalmente disperso.

Para O'NEILL & NATAL, (1988, p.129), os bairros têm um papel importante na organização das cidades, pois, enquanto lugares de residência associados a um conteúdo social e possuindo um certo grau de permanência são mantenedores das características fundamentais das classes ou grupos sociais a eles circunscritos, ajustando indivíduos ao comportamento coletivo do grupo ao qual pertencem e, ao mesmo tempo, reproduzindo-os.

Toda a necessária estrutura de funções deverá estar concentrada no core ou núcleo central do sítio, necessariamente melhor servido de rede de transporte e recursos. O ritmo de crescimento da cidade estimula o capital incorporador para o uso diferenciado do solo urbano definindo estratos de áreas e o tamanho ótimo da população residente. A saturação dessa meta poderá conduzir a uma segregação que promoverá o surgimento de núcleos inferiores em sua própria *hinterland*, caracterizando uma relação hierárquica *centro-periféric*, se constatada a acomodação e a fragilidade dessas novas áreas; caso contrário cessará a *hinterland* e outras novas áreas assumirão ou dividirão a centralidade. Esses fatos já se constatam ao nível da relação São Francisco/Ilhina e, parcialmente, do São Francisco / Renascença, respectivamente. Aliás, nesta última associação, percebe-se uma aglomeração tão intensa que o São Francisco e o Renascença - este que também se equipa velozmente - desenvolvem, praticamente, uma única e forte centralidade, embora o conjunto habitacional apresente uma maior proximidade ao que se poderia considerar de equidade sócio-espacial no tocante ao padrão de renda,

à escolaridade e às características arquitetônicas. No entanto, pela limitação da sua *hinterland*, deve ser espacialmente contextualizado na área de influência do São Francisco.

Surge, a partir dessas caracterizações, um dilema: que porções do espaço de São Luis do Maranhão podem ser definidas como bairros, e não *geofacies*, a partir de um suporte científico e não do senso comum? Coloca-se em foco duas áreas imbricadas no contexto espacial do bairro do São Francisco e popularmente também considerados como bairros: o Sítio Campinas/Basa e a Ilhinha, que para sua compreensão inicial os mesmos serão enfocados na ótica *morfofuncionalista-sistêmica*, numa tentativa de aplicação da ideia de subtotalidades ou sub-geossistemas ao referido centro.

A CARACTERIZAÇÃO FUNCIONAL DO BAIRRO DO SÃO FRANCISCO

No aspecto funcional, o bairro do São Francisco, inegavelmente, atende às expectativas de centralidade na medida em que se constatarem componentes funcionais, rede de circulação e recursos satisfatórios para tal. Os equipamentos, a acessibilidade física e as estruturas urbanas são adequados para o desenvolvimento de relações e de equilíbrio interesaciais centro-periféricas. Diz-se que tem uma organização coerente porque interage com outros pontos ou sub-geossistemas do espaço urbano total, como o Centro Histórico, o João Paulo/adjacências, o Cohama/adjacências, o Cohab/Cohatrac, o Itaqui-Bacanga, o Anil-Aurora, o Kennedy-adjacências, e mantendo, portanto, a sua identidade de subcentro. Na escala local ou pontual tem força de centro ou de comando. Polariza os aglomerados e núcleos urbanos inferiores e periféricos, compreendidos aqui como do entorno ou *hinterland* do sítio original, independentemente da classe socioeconômica e da característica morfofisiológica que o integra, a saber, os conjuntos habitacionais, como o Jardim São Francisco, o Sítio Campinas-Basa, o Residencial Ana Jansen e o próprio Renascença, além dos aglomerados urbanos constituídos a partir de processos de ocupações ilegais ou de loteamentos baratos, a saber, a Ilhinha, o Morrinho, o Buriti e os núcleos urbano-marginais de influência da Laguna da Jansen, cujas seletividades, mobilidades e assentamentos ocorreram por conta da pressão centrífuga ao core exercida com a participação do capital incorporador, que é principal articulador e controlador desse processo e integrado por proprietários de residências, terras e negócios, corretores e imobiliárias, indústrias da construção civil e similar, instituições financeiras e o próprio governo. Consequentemente, no entendimento de SILVA (1995, p. 6), este capital incorporador responderia ao mesmo tempo pela localização, qualidade do bem imóvel a ser construído, assim como as decisões de quem vai construir, pela propaganda e venda dos imóveis. E, portanto, o responsável pelo início, meio e fim do processo de produção da habitação. Os incorporadores estão largamente presentes no referido bairro, que é bem servido de bancos, hotéis,

secretarias de Estado e diversos serviços de interesse coletivo, lojas de departamento, escritórios, consultórios, escolas, clínicas, shoppings, farmácias, oficinas, supermercados, feira, postos de gasolina, transportes coletivos, academias, cinemas e uma crescente verticalização das construções.

Sem qualquer dúvida, ao decidir pelo valor das terras e edificações, o referido capital se constitui o responsável direto pelas disparidades morfofuncionais, e até mesmo socioeconômicas, dos ambientes construídos, no caso, os lugares, podendo conduzir à saturação e regressão de uns e a origem ou a propulsão de outros.

O ponto crítico de centralização pode se caracterizar pelos seus efeitos espaciais desiguais e revelar-se também prejudicial para uma parcela significativa de moradores e empresários, anteriormente atraídos pela amenidade do sítio e pela eficiência dos serviços, quando ocorre a emergência de uma *deseconomia de escala*, atuando como agente segregativo dispersivo, ou força de desaglomeração, por conta da elevação do preço da terra, das tarifas e impostos, dos serviços, dos aluguéis, dos transportes, da presença de poluição e engarrafamentos ou da constatação de barreiras geográficas.

No São Francisco, as elitizações das moradias ajudadas pela pressão seletiva ou segregativa sócio-espacial dos fatores de deseconomia, promoveram uma significativa sucessão e reorientação de grupos de moradores originais para a ocupação de pontos periféricos ao sítio urbano do bairro, criando *geótopos*, *geofacies* e localidades, como o Morrinho, o Buriti a Ilhinha, o Renascença, o Jardim São Francisco, o Sítio Campinas/Basa e o Ana Jansen.

À guisa das referidas segregações e mobilidades intra-urbanas, STROHAECKER (1988, p. 174), contribui para o seu entendimento quando se reporta ao fenômeno da ocupação, embora utilizando a denominação invasão, que se caracterizaria pela penetração de um grupo diferente de população ou um outro uso do solo em determinada área, sendo as diferenças existentes de ordem econômica, social e cultural. A sucessão, por extensão, ocorreria quando o novo grupo ou tipo de uso que invadiu a zona termina por expulsar o grupo ou uso original que, automaticamente, é deslocado para outras áreas.

Embora não se comungue com o estigma invasão, estrategicamente utilizado no plano ideológico e absorvido ao nível do senso comum e da geografia “neutra”, concorda-se que o processo de segregação e mobilidade de residências, com a formação de áreas urbano-marginais convivendo com outras socioeconomicamente abastadas no bairro do São Francisco, seguiu essa orientação. Aliás, nas palavras de O’NEILL & NATAL (Op. Cit. p. 128) os deslocamentos populacionais, coercitivos ou espontâneos, cada vez mais frequentes para outras áreas residenciais, reorientam, a partir de demandas diferenciadas, os serviços coletivos básicos, a concorrência entre áreas

residenciais e a localização de atividades econômicas como o comércio e a indústria, modificam e criam novos usos do solo e novos arranjos na cidade. Assim, a mobilidade residencial sofre a influência e é elemento transformador das formas de organização sócio-espacial das cidades, balizada por um uso cada vez mais seletivo e excludente do espaço urbano, que pode ser associado, num nível macro, a valores econômicos determinados por agentes imobiliários e financeiros em interação com o Estado.

A saturação dos terrenos interessantes ao capital incorporador, atuante no bairro do São Francisco, limitou o “enobrecimento” do sítio urbano do bairro, e foi determinado por barreiras geográficas como os manguezais e áreas de várzeas, desvalorizados e originalmente impróprios às edificações de grande porte, embora imediatamente se constituíssem segmentos de relevo modificados pela força da ocupação humana, como tipos específicos de *depósitos tecnogênicos construídos*, os materiais dragados do mar para aterramentos de aluviões quaternários, constantemente drenados pelo mar e sazonalmente por vazão pluviométrica, considerando-se a topografia de declive das áreas contíguas em relação ao sítio central do bairro. Esses materiais dragados, segundo PELOGGLA (1998, p. 74), são materiais terrosos provenientes da dragagem de cursos d’água e que comumente são depositados em diques com camadas de areia fofa intercaladas a camadas siltosa e argilosa moles, os quais assentam-se sobre aluviões quaternários e, também, sobre antigos depósitos tecnogênicos, notadamente aterros inconsolidados de áreas anteriormente ocupadas por ‘pontos de areia’.

As gêneses morfológicas da Ilhinha e do Sítio Campinas/Basa, focos destas reflexões conceituais, são bastante distintas. A Ilhinha foi assentada sobre depósito tecnogênico dragado e, por sua vez, superposto aos depósitos de vasa, sem valor incorporador, apesar do referido aterro ter sido financiado pelo projeto PROMORAR com fins de construção de residências populares, iniciativa governamental que não logrou êxito, sendo os lotes, posteriormente, cadastrados em nome daqueles segmentos populacionais socioeconomicamente carentes do núcleo central do bairro, que já conviviam sob o efeito de seletividades sócio-espaciais, ou de pessoas oriundas de qualquer ponto da cidade.

A *morfoestrutura fisioambiental* da Ilhinha, que combina a forma do relevo, cotas topográficas, estrutura geológica e características do solo, está originalmente associada a um banco de sedimentos, agregados e perfis pedológicos irregulares clástico-arenosos com associação sapropelítica, aflorado em espécies de “baixios” semicirculares de áreas de vasa do bairro do São Francisco, construído e por processos aluvionais decorrentes da ação combinada de forças flúvio-marinhas e das línguas d’água, advindas da drenagem artificial de curso exorréico do sítio e, segundo GUERRA (1978, p.

433), acrescida ao efeito da floculação e da gravidade por ocasião da maré cheia.

No seu processo de modelagem recente verificou-se uma acelerada destruição dos ecossistemas manguezais e de outras associações vegetais de pontos contíguos ali existentes, na medida em que se realizavam os aterramentos tecnogênicos e as sucessivas ocupações.

Por apresentar características de uma ilha, parcialmente livre da drenagem direta da maré, se prestava às competições de futebol amador realizadas no bairro do São Francisco, passou a ser denominada campo da Ilhinha e popularmente tornou-se Ilhinha com a atração de povoações. A sequência de construção de casas lhe conferiu transitoriamente um aspecto de geofacie ou um pequeno aglomerado de casas física e socialmente segregadas do espaço contínuo do bairro original. Com a sua expansão até o limite dos núcleos pioneiros ainda é, ironicamente, uma forma de aglomeração urbana “ilhada” por áreas provavelmente de classe média a alta, apesar da sucessão residencial de médio padrão que tem ocorrido em seu espaço.

Por outro lado, contrariamente à origem da Ilhinha, o conjunto residencial Sítio Campinas/Basa, é de assentamento mais antigo e foi construído sob interesses incorporadores em área denominada Mato da Campina, com características ambientais mais estimulantes à moradia, a exemplo da consistência do solo para edificações, a topografia favorável com cotas semelhantes às do centro dinâmico e com facilidade de interligação viária. Neste aspecto, facilitou o reassentamento de grupos populacionais de renda média a alta dispersa do agitado centro de serviços do bairro, e a atração de pessoas que se deslocaram espontaneamente de outras localidades.

Percebe-se que a formação desses descompassos pontuais intra-urbanos reflete a grande velocidade do crescimento populacional do bairro do São Francisco relacionado à dinâmica urbana verificada na totalidade da própria microrregião de Aglomeração Urbana de São Luís enquanto reflexo da realidade global do mundo subdesenvolvido. O estágio de propulsão econômica desse centro de serviço promoveu até certos impactos deletérios, há algumas décadas, em áreas tradicionalmente opulentas, a exemplo de alguns segmentos do centro histórico original da Capital do Estado e do subcentro do João Paulo com seus pontos contíguos. que têm crescido em menor velocidade e já apresentando efeitos regressivos. Isto reforça a tese de que o processo de urbanização acelerada da cidade tem uma orientação espacial mais significativa, em referência às mobilidades das residências e dos negócios, principalmente no sentido noroeste e norte da cidade, especialmente a partir da década de '70, com a construção da ponte Governador José Sarney e, por extensão, das Avenidas Maestro João Nunes e Colares Moreira,

interligando o bairro do São Francisco aos velhos e novos pontos de grandes densidades de moradias e atividades urbanas, como a Ponta d'Areia, o Calhau, a Cohama, o Turu, o Olho d'Água e outros que, mais acessíveis às amenidades naturais, especialmente com maior proximidade do mar, compuseram um espaço contínuo de expansivo valor incorporador, com a segurança do retorno financeiro, e de dinâmica urbana.

DEFININDO A ILHINHA E O SÍTIO CAMPINAS/BASA

Na perspectiva funcional-sistêmica, tanto a Ilhinha como o Sítio Campinas/Basa não constituem bairros, pois não agregam funções de centralidade e são apenas fragmentações físicas da totalidade do bairro do São Francisco, compondo um invólucro periférico dependente dos serviços ofertados pelo core do bairro, especialmente o Sítio Campinas/Basa, que é unicamente residencial.

A Ilhinha, na sua organização morfológica urbana, constituiria, para aqueles profissionais do urbanismo como os arquitetos, os engenheiros e os planejadores que comungam com a perspectiva funcional, um aglomerado irregular e subnormal, embora com dimensão mais ampla que uma geofacie, não atingindo status de bairro. Está entranhada no nordeste do já referido centro de serviços, na sua orla costeira, e limitada morfológicamente, na sua porção meridional, pela Travessa Nove, logradouro de contato com as ruas Nove e Dez do São Francisco, que se situam na interface core-periferia., estendendo-se até o extremo norte, junto ao canal da Jansen. Foi se desenhando, locacional e estruturalmente, no sentido de adaptar-se ao atendimento das necessidades de consumo mais imediatas dos moradores locais proliferando-se, então, algumas atividades comerciais de esquina e vizinhança, como comércio de materiais de construção, padarias, mercearias, oficinas de grades e portões, serrarias, marcenarias, bares e assemelhados. Neste sentido, as outras áreas já citadas, integrantes do espaço do bairro do São Francisco, também não se caracterizam como bairros, já que representam unicamente fragmentações morfofisiológicas urbanas ou subcomunidades isoladas do referido centro, sem autossuficiência das variáveis básicas de centralidade.

Por outro lado, ao se injetarem aspectos, culturais, centrando nas dimensões da subjetividade/intersubjetividade, da semiótica, da geograficidade como vivência do cotidiano, da política e da ideologia nessa conceituação, esses lugares aproximam-se da concepção de bairro, especialmente aqueles de formação não planejada, como é o caso da Ilhinha. No entanto, há uma resistência à aceitação deste conceito ao se tratar de residenciais como o Sítio Campinas/Basa.

A Ilhinha é, supostamente, vista por um olhar sócio-ideológico hipoteticamente estigmatizador do Plano Diretor do Município de São Luis,

datado de 29.12. 1992, na medida em que a define como uma “Zona de Interesse Social”, completamente descasada da acepção de totalidade abastada do bairro do São Francisco. Solidários a esta perspectiva estariam outros segmentos incorporadores e muitos estudiosos e gestores da temática intra-urbana.

Definindo-se as escalas espacial e temporal da perspectiva morfuncional, que deve se situar entre uma geofacie (normalmente escala de 1/5000 a 1/20000) e um geossistema (pratica-se escala de 1/20000 a 1/50000) e cortes retrospectivos cujo período de tempo deve variar de acordo com a proposta metodológica da suposta pesquisa, importantes em qualquer concepção geográfica de bairro, e associado-as à dinâmica de expansão e transformação física do lugar em função de traços internos dos seus grupos populacionais, que são expressos pelas preferências espaciais e experiências vividas, pela referência cultural-simbólica da autoconstrução e interação com o ambiente e a intensificação do espírito local ou de lugar, pela manifestação da iniciativa individual, pelas relações de circulação, vizinhança, parentesco, cooperação, ajuda mútua e conflitos, isto, conjuntamente, já caracterizaria bairro, pois considera-se apreendida a dimensão geográfica subjetiva/intersubjetiva.

Manifestam, assim, relações pessoais que se ampliam ao plano de uma identidade sócio-espacial ou de fronteira social, não com pretensões de se confinarem à exclusão, mas de se integrarem com força e intensidade à vida de relações urbanas. Mas, nem só de virtude se constrói a Ilhina. Emerge já com os problemas típicos de bairro em formação: acomodado e simultaneamente tenso, convivendo com problemas de ordem infra-estrutural, como carência de saneamento eficiente em todo o seu espaço, de pavimentação de ruas de forma abrangente, de eletrificação de qualidade, de equipamentos de consumo coletivos, como hospital ou posto médico, mais escolas, creches e feira própria, já que é atendida pela feira do São Francisco, além de problemas de ordem social e cultural como vandalismo e agravo ao ambiente. Aliás, as interações com o ambiente têm sido muito mais deletérias que saudáveis, a exemplo dos agravos sonoros, em que não só os bares, mas também um grande número de residências se transformam em espécies de “clubes” dançantes e as músicas são executadas em níveis preocupantes e assustadores para o ambiente e a saúde. Soma-se a esta questão o arranjo das residências de forma excessivamente aglomeradas e desprovidas de ventilação interior, de insolejamento e de arborizações, tornando a área mais vulnerável a impactos epidemiológicos. A chegada gradual de infra-estrutura já permite registrar uma relativa seletividade de moradias e de, progressiva sucessão, com a inserção de novos moradores com melhor poder aquisitivo, condicionada à ampliação das ações urbanísticas locais por iniciativa do poder público.

No entanto, a guisa de finalização, acredita-se que um suposto olhar estereotipado provavelmente advindo de segmentos privilegiados da sociedade para esse tipo de comunidade, como de incorporadores, de alguns segmentos de órgãos gestores, ou de classes sociais abastadas, implica na ordem de problema mais nefasto.

No tocante ao Sítio Campinas/Basa, identificado como de vida social moderna, socioeconomicamente menos heterogêneo, a expectativa de conceitua-lo como bairro também na perspectiva fenomenológica é mínima, pois não se caracterizam relações de união, ou mesmo conflito, vizinhança e coesão comunitária, de construção de um lugar a partir de uma referência simbólica e de mundo vivido. As residências, isoladas por muros e quadras, com construções decorrentes de um planejamento incorporador, e não de uma geograficidade, remetem a um tipo de segregação típica de grupos sociais com poder aquisitivo predominantemente médio a alto. Diz CALDEIRA (2000, p. 211) que sobreposto ao padrão centro-periferia, as transformações recentes estão gerando espaços nos quais os diferentes grupos sociais estão muitas vezes próximos, mas estão separados por muros e tecnologias de segurança, e tendem a não circular ou interagir em áreas comuns. O principal instrumento desse novo padrão de segregação espacial é então chamado de 'enclaves fortificados'. Para a referida autora, trata-se de espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer e trabalho. A sua principal justificação é o medo do crime violento. Esses novos espaços atraem aqueles que estão abandonando a esfera pública tradicional das ruas para os pobres, os 'marginalizados' e os sem-teto.

Assim, a referida área traduz-se, literalmente, como um conjunto habitacional, uma geofacie, ou seja, uma subcomunidade unicamente residencial parcialmente isolada das interações sócio-espaciais, porém, inserida na dimensão morfológica e na força de comando emanada do centro de serviços do São Francisco, precisamente, da sua *hinterland*.

CONCLUSÃO

O que se pretendeu, além de contribuir para o entendimento geográfico de um tema tão importante para a geografia, foi estimular a continuidade e o aprofundamento das reflexões dos geógrafos e profissionais afins acerca da acepção do termo bairro, na medida em que este se impõe como um conceito estratégico para a compreensão dos descompassos sócio-espaciais inseridos na complexa totalidade geográfica das cidades, e aqui centrado o Interesse em São Luís do Maranhão.

O bairro, por ser um segmento representativo da complexa dinâmica urbana de qualquer cidade e de implicações inesgotáveis para o seu estudo, não deve ser colocado num plano de análise geográfica secundária sob pena de redução da credibilidade dos discursos explicativos atinentes à questão,

tanto em relação à Geografia Física quanto à Geografia Humana, neste caso, se a perspectiva for dicotômica, ou em relação, preferencialmente, à Geografia não dualística, praticada mais frequentemente entre os geógrafos contemporâneos.

Os estudos dos descompassos sócio-espaciais ganharam considerável importância principalmente no momento em que a dimensão político-ideológica deu mais consistência e compromisso social à análise geográfica e paralelamente uma efervescência de renovação e atualização dos já amadurecidos, porém tímidos e poucos, estudos de percepção geográfica. Particularmente, o Estado do Maranhão se ressentia de um maior número de trabalhos geográficos qualitativamente confiáveis acerca da problemática urbana local, no sentido de uma propulsão significativa ao entendimento sócio-espacial do Estado, especificamente no aprofundamento de conhecimentos de conceitos e fatores extensivos à problemática em questão.

A literatura especializada está, ainda, relacionada a uns poucos, porém importantes, estudos acadêmicos como teses, dissertações, monografias e alguns outros trabalhos de difícil acesso, elaborados com fins de políticas públicas por órgãos gestores, estes últimos, mais caracterizados no plano morfofuncional. Acrescenta-se o fato de que normalmente os cursos de Geografia ainda são enormemente influenciados e conduzidos por práticas positivistas e neopositivistas de discurso geográfico, especialmente no campo da geografia física, que se estende ao conceito morfológico-funcional de cidade, portanto com pouca prática da perspectiva qualitativa dialético-fenomenológica.

Summary: This study presents a short reflection concerning the use of the geographical concept of neighborhood, combining roads proposed by the morphologic classic functional understanding with the postures contemporaries critic-radical or politic-ideological and humanistic or of the behavior of urban studies. It interferes the problem of the place called Ilhinha and of the group habitational ranch Campinas/Basa, Integral of the space totality of the neighborhood of São Francisco, of the city of São Luis of the Maranhão, in the applied considerations to the mentioned concept.

Key words: Neighborhood; Place: Centrality-Periphery; Subjective Space; Social-Spatial Segregation.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Cidade de muros. SP: Edusp, 2000. CLARK, David. Introdução à Geografia Urbana.SP: Difel, 1985.

HAUSER, Philip M. & SCHNORE. Leo F. Tradução de Eunice R. R. Costa. Estudos de Urbanização. SP: Pioneira, 1975.

MANZAGOL, Claude. Lógica do espaço industrial. SP: Difel. 1985.

O'NEIL, Maria Mônica & NATAL, Manilha Carneiro. Mobilidade Residencial: alguns comentários. Revista Brasileira de Geografia, RJ, v. 50, n.2, IBGE, 1998.

PELOGGIA, Alex. O homem e o ambiente geológico: geologia, sociedade e ocupação urbana no Município de São Paulo. SP: Xamã, 1998.

SÃO LUÍS, Prefeitura Municipal de. Plano Diretor do Município de São Luís. São Luís, 1992. - Lei municipal n. 3252 de 29.12.1992.

SILVA, Carlos Alberto Franco da. A segregação residencial carioca sob a égide do capital incorporador. Revista Brasileira de Geografia, RJ, v. 57, n.2, IBGE, 1995.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O bairro contemporâneo: ensaio de abordagem política. Revista Brasileira de Geografia, RJ, V. 51, fl. 2,

STROHAECKER, Tânia Marques. A zona periférica ao centro: uma rebibliográfica. Revista Brasileira de Geografia, RJ, v. 50, 4 (50), IBGE, 1988.

_____. O mercado de terras de Porto alegre: atuação das companhias de loteamentos (1890-1945). Revista Brasileira de Geografia, RJ. V. 57. n. 2, IBGE, 1995.